



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE SÃO
SIMÃO- GO**

Referencia: Processo Administrativo nº 1424/2024

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 013/2024

ETHOS CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA., por intermédio de seu representante legal, **CLEIBER DA SILVA OLIVEIRA**, já qualificado nos autos licitatórios em epigrafe, com o acato devido e muito respeitosamente vem perante Vossa Senhoria para apresentar suas RAZÕES de

RECURSO HIERÁRQUICO

Com **pedido de efeito suspensivo**, considerando o previsto no artigo 165, I, alínea “c”, da Lei 14.133/2021, c/c o subitem 8.3 e 8.5 do Edital, o que faz com lastro nos seguintes arrazoados de fato e de direito:

I. DA DECISÃO RECORRIDA:

Em sessão eletrônica, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio declararam inabilitada a ETHOS CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA.

Inconformada com a decisão equivocada, na própria sessão a ora recorrente manifestou sua insurgência e formulou a sua intenção de recurso, tendo o Sr. Pregoeiro deferido a abertura do respectivo prazo recursal.

II. DAS RAZÕES PARA REFORMA DA DECISÃO:

DOS FATOS:

Cuida-se de processo licitatório realizado pela Prefeitura Municipal de São Simão, Goiás, sob a modalidade Pregão Eletrônico, menor preço global, cujo objeto é a *“contratação de empresa para prestação de serviços de Limpeza Urbana, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e projeto básico, anexos a este edital, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura”*. (Edital 013/2024)

Em sede de disputa de preços, a Recorrente foi classificada como vencedora provisória, tendo apresentado a melhor proposta de preços e esta aceita no valor final de R\$5.980.590,00 (cinco milhões e novecentos e oitenta mil e quinhentos e noventa reais).

Na data de 28/08/2024, já na fase de análise dos seus documentos de habilitação, o pregoeiro assentou, ao final da verificação que a *“Empresa ETHOS CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA - 11938538000168, INABILITADA por descumprir as regras do Edital, conforme despacho: Não apresentou CAT - Certidão de Acervo Técnico exigido no Termo Referência item 8.39.5!”* (colacionamos).

Esses são os fatos, em apertada síntese.



III- DO DIREITO

3.1: Da Tempestividade

Inicialmente, salienta-se que o prazo legal para apresentação das razões escritas será de 3(três), nos termos do que dispõe o artigo 165, da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos¹.

O subitem 11.7 do Edital, coadunando com os institutos da Lei 14.133/21, estabelece que na contagem dos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração

Dessarte, a contagem do tríduo legal teve seu início em 30 de agosto de 2024 e, como prazo fatal, o dia de 3 de setembro de 2024. Isso dito, verifica-se que este Recurso Administrativo, ao ser **protocolado nesta data de 3 de setembro de 2024, atende o requisito objetivo da tempestividade.**

3.2: Do mérito Recursal – O Requisito Subjetivo

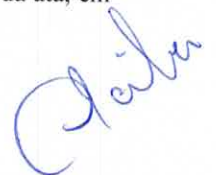
Ilustríssimo Senhor Pregoeiro.

Distinta equipe de Apoio.

¹ Na Lei 14.133/21: “Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;



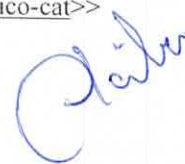
Considerando as normas regentes, princípios, jurisprudência e doutrina administrativista empregada no país, pretende-se aqui demonstrar que a inabilitação da Recorrente, pelo simples fato de não ter apresentado um documento de natureza complementar, cujo desiderato seria a comprovação de qualificação técnica da Recorrente, é um equívoco que pode e precisa ser sanado urgentemente, sob pena de grave afronta aos princípios do formalismo moderado, da eficiência, da ampliação da disputa e da maior vantajosidade para os cofres públicos do município de São Simão.

Confiante na justa avaliação dos fatos e argumentos dessa peça recursal, a Recorrente, confiante na capacidade dos julgadores, acredita que, após avaliação das razões e fundamentos aqui dispostos, ocorrerá o devido e atempado saneamento da inabilitação que se deu de forma equivocada.

Com vistas ao pleito, de início, torna-se oportuno esclarecer qual é a natureza de uma Certidão de Acervo Técnico (CAT), qual a sua finalidade e o motivo explicável pelo qual teria fora inserida no Edital.

De acordo com o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, a CAT é “o instrumento que certifica, para os efeitos legais, as atividades registradas no Crea, que constituem o acervo técnico do profissional”, e já a sua finalidade é *fazer prova da sua capacidade técnico-profissional*², não sendo objeto de dúvidas que a clara intenção do instrumento convocatório, ao exigir tal comprovação, é a de assegurar que a contratada seja possuidora de profissional(s) com expertise suficiente para cumprir com eficiência o objeto em futura contratação.

² Disponível em : << <https://www.confea.org.br/servicos-prestados/certidao-de-acervo-tecnico-cat>>>
Acesso em 03 set. 24.



Portanto, para efeitos técnicos e legais, permitiria o documento seja possa conferir se o **profissional responsável pela execução encontra-se regularizado no respectivo Conselho e o seu acervo técnico.**

Nesta senda, da apresentação da Certidão de Acervo Técnico como documento exclusivo para os fins de comprovação da sua capacidade técnica, com vistas a garantir que em futura e eventual contratação consiga cumprir com eficiência o objeto do certame, poder-se-ia inferir que, em primeira mão, se não apresentada, implicaria em impossibilidade da empresa disputante cumprir com contrato apresentando os trabalhos com a qualidade almejada pela licitadora.

Ocorre duto pregoeiro e diligente equipe de apoio, ser indubitável que o ponto central que deverá ser analisado por esse distinto julgador é conferir, no caso em deslinde, se a juntada posterior do referido documento (CAT) pode ou não ocorrer, em momento posterior á juntada dos demais documentos que já foram entregues, e se essa juntada resultaria alteração da substancia de documentos que já entregues ou se essa apresentação posterior da CAT poderá ser considerada como mera complementação dos documentos de habilitação já apresentados.

Vejamos ness caso em concreto.

Compulsando os documentos apresentados pela Recorrente, será possível conferir, no acervo documental juntado pela referida, que foram tempestivamente levados ao Pregão as Certidão de Registro Profissional no Conselho de Engenharia dos técnicos engenheiros, **Leandro Capanema de Freitas e de Leny Terezinha de Freitas**, documentos esses com data de validade até o ano de 2025 (portanto, atualíssimos); em adição, se pode conferir ainda que foram apresentados Contrato de Prestação de Serviços




desses profissionais junto à ETHOS, em adição, apresentados também foram a Declaração de Capacidade técnica confirmando a qualificação técnico-profissional dos referidos para execução dos serviços nos exatos termos requeridos no Edital.

Além disso, não poderá passar despercebido que a Recorrente, complementando provas da verossimilhança da sua plena e total capacidade de prestar os serviços que estão licitados, somando-se a tudo isso, entregou também nos seus documentos de habilitação um Atestado de Capacidade Técnica assinado pelo próprio município de São Simão, licitador, documento esse donde consta a comprovação da qualificação técnica-profissional dos mesmos profissionais (engenheiros Leandro Capanema de Freitas e de Leny Terezinha de Freitas) encarregados dos trabalhos técnicos da Recorrente.

Preclaro pregoeiro, é de amplo domínio e conhecimento geral que em situações especiais a vinculação ao Edital pode e deve ser relevada, especialmente quando ficar nítido que a aplicação literal e não sistemática das regras do instrumento convocatório, poderá carrear ofensa e entrar em desacordo com princípios jurídicos caros à licitação, como no caso os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Ora, não soa proporcional nem razoável inabilitar a empresa Recorrente, por vício sanável, quando a mesma apresenta a melhor proposta e possui, comprovadamente, técnicos experimentados para execução dos trabalhos (o próprio município atesta isso em documento: Atestado de Capacidade Técnica e qualificação dos profissionais engenheiros).

Chama atenção a nova Lei de Licitações que, objetivando formalizar a remansosa jurisprudência dos Tribunais de Contas do país, os



quais já vinha garantindo o **dever (e não facultatividade)** de realizar diligências, revogando parágrafo 3º do artigo 43, da antiga Lei 8.666/93, passou a garantir no artigo 64 a inclusão de documento não juntada ao tempo da avaliação dos documentos de habilitação, quando se trata de complementar informação (documento) já apresentada.

Atualmente, determina o artigo 64 da NLLC, *in verbis*:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação. (Edital 90008/24)

Nesse contexto, nem se argumente que inabilitar a empresa Recorrente, por simples desatendimento da não apresentação de um documento cuja realidade no caso em concreto é meramente complementar aos demais que já foram apresentados, o esquecimento nesse ponto **configura mero descumprimento de exigência formal sanável.**

A respeito de desatendimento de exigências meramente formais, a nova Lei de Licitações, no seu artigo 12, é incisivo quanto à não possibilidade



de afastamento de um licitante se os demais documentos por ele apresentados podem ser complementados e o defeito ser saneado por meio de diligências.

Determina o referido artigo 12 da lei 14.133/21, *in verbis*:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

I - omissis;

.....

III - o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

Inquestionável que a possibilidade de saneamento de erros ou falhas orienta a Administração a evitar a inabilitação prematura do licitante. E tal enfoque pragmático reforça a busca pela proposta mais vantajosa, alinhando-se aos objetivos de eficiência e eficácia que regem as licitações.

Ora, se o licitante apresentou vários outros documentos comprovando a sua expertise para cumprir o objeto licitado, inclusive já apresentou condição pré-existente (Atestado fornecido pelo próprio município) da a qualificação dos engenheiros, não pode pairar dúvida razoável que já teria sido atendida a condição de apresentação das comprovações iniciais (documentos pré-existentes) e a CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO, nessa toada, se torna mera complementação dos demais apresentados.

Nessa vereda, a fim de evitar um notório prejuízo à Administração Pública, a utilização de diligência voltada a sanear o defeito menor, ante a

Queluz

ausência de apresentação de uma Certidão de natureza complementar, é medida que se impõe em virtude de previsão legal e da remansosa jurisprudência pátria.

Excerto do Acórdão 1.211/2021, do Tribunal de Contas da União, com didática esclarecedora apresenta a definição do que realmente seria um “documento novo” e, a um só tempo, a viabilidade da adoção de diligências no sentido de sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica com o seguinte enunciado de jurisprudência:

*[...]9 .4. deixar assente que, o pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "b"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro;" (Disponível em << <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/1211%252F2021/%2520/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0> >> Acesso em 03 set.2024). **grifo nosso.***

Em resumo, para os fins da vedação contida no art. 64, *caput*, da Lei 14.133/2021, o TCU não considera documento novo aquele que, ainda que juntado posteriormente, comprova condição preexistente à abertura da



sessão pública do certame. Sob essa perspectiva, será admissível a juntada posterior de documento desde que seu conteúdo se reserva à condição preexistente e o vício sanável seja possível de ser corrigido por meio de diligência que, no caso em tela, passa a ser uma obrigação e não uma facultatividade da equipe de licitação.

Por derradeiro e por todo o exposto, fica nítido que a admissão da juntada de documentos para fins de complementação e atualização, que visam somente atestar condição pré-existente ao momento de abertura da sessão pública do certame, é cabível em sede de diligências, pois, em tese, não afronta os princípios da isonomia e igualdade entre as empresas licitantes, nem fere os princípios da vinculação ao edital e do interesse público da Administração em contratar a melhor proposta³ e evitar um prejuízo ao erário.

3- PEDIDOS

Assim, diante de tudo ora exposto, a RECORRENTE requer digno-se V. Senhoria em conhecer as razões do presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, em ambos os efeitos, de modo que possa:

- A) Receber as presentes razões recursais, determinando a anulação do ato administrativo que inabilitou a Recorrente, com a consequente anulação dos atos administrativos subsequentes;
- B) Para tanto, exerça seu juízo de retratação para dar PROVIMENTO ao pedido de reforma da decisão do nobre pregoeiro, oportunizando aplicação da previsão legal para realizar diligências, com vistas a assegurar a juntada da

³ Oportuno recordar também do já clássico posicionamento do STF: “Se a irregularidade praticada pela licitante vencedora, que não atendeu à formalidade prevista no edital licitatório, não lhe trouxe vantagem nem implicou prejuízo para os demais participantes, bem como se o vício apontado não interferiu no julgamento objetivo das propostas, não se vislumbrando ofensa aos demais princípios exigíveis na atuação da Administração Pública, correta é a adjudicação do objeto da licitação à licitante que ofereceu a proposta mais vantajosa, em prestígio do interesse público, escopo da atividade administrativa. (RO em MS n. 23.714-1, DF, rel. Min. Sepúlveda Pertence).





CAT, uma vez que se trata de documento das informações e documentos outros já apresentados e referentes aos profissionais já atestados, notadamente, por ser tratar a de mera complementação de condição pré-existente ;

- c) Requer, ainda, no caso da não reconsideração da decisão pela comissão de licitação e por Vossa Senhoria, seja o presente apelo devidamente informado e encaminhado à consideração da instância superior, em conformidade com o § 2º, do artigo 165 da Lei 14.133/2024.

Nestes termos pede.
E espera deferimento.

São Simão, 3 de setembro de 2024.

ETHOS CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA.

11.938.538/0001-68
ETHOS CONSERVAÇÃO E LIMPEZA
Av. Minas Gerais - Qd.34 - Lt.04
Centro
CEP: 75.890-000
SÃO SIMÃO - GO